



IX SEMINÁRIO DO TRABALHO

TRABALHO, EDUCAÇÃO E NEODESENVOLVIMENTISMO

26 A 29 DE MAIO DE 2014

TRABALHO E MIGRAÇÃO: O RECRUTAMENTO DE HAITIANOS NA AMAZÔNIA PELA AGROINDÚSTRIA DA CARNE DO CENTRO-SUL BRASILEIRO

Letícia Helena Mamed¹
Bolsista Prodoutoral-Capes

Resumo

O trabalho apresenta os aspectos gerais e desdobramentos iniciais da pesquisa em curso sobre (a) o processo social de constituição do movimento internacional de trabalhadores haitianos na Amazônia Ocidental, estimados até março de 2014 em 20 mil, (b) a experiência inédita do acampamento de imigrantes instalado no Estado do Acre, que recebe, abriga, alimenta e documenta essa força de trabalho, e (c) as formas de inserção deles na agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil. A principal hipótese de investigação considera que os ajustes estruturais do capital se associam às metamorfoses do mundo do trabalho e aos deslocamentos compulsórios de contingentes de trabalhadores em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais. A partir do marco teórico-metodológico do marxismo, na perspectiva crítica do trabalho, o objetivo central do estudo é compreender o significado sociológico do trânsito internacional desses trabalhadores, pretendendo situá-lo no terreno concreto do desenvolvimento do capital e suas desigualdades internacionais e regionais, e ao final revelar as formas particulares de exploração do trabalho combinadas à nova configuração da acumulação capitalista, em especial no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho. Migração. Haitianos. Acre. Frigoríficos.

Introdução

Os deslocamentos nacionais e internacionais de trabalhadores em geral figuram como a face visível de fenômenos estruturais nem sempre aparentes. As grandes movimentações humanas tendem a preceder ou seguir mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Elas sempre integraram a história da

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Bacharelado (2003) e Mestrado (2005) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); é docente do Curso de Ciências Sociais e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (CNPq-UFAC), atividades desenvolvidas no âmbito do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC). Correio eletrônico: leticiamamed@gmail.com.

humanidade, mas é possível considerar que a partir da década de 1980 houve uma ampliação dos fluxos internacionais de trabalhadores, em razão do processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), associado ao de reestruturação produtiva (ALVES, 2000).

No plano mais geral, os desdobramentos disso na vida social foram imediatos, tendo em vista que deliberações econômicas e políticas alteraram a organização dos trabalhadores, a forma de trabalhar, incorporaram novas tecnologias, privatizaram os bens públicos e impuseram a desconstrução dos suportes de sociabilidade. Acompanhou-se, por conseguinte, a elevação da precarização, o acirramento das desigualdades, vulnerabilidades e empobrecimento em ampla proporção (ANTUNES, 2006, 2013; CHOSSUDOVSKY, 2003; GOUNET, 1999; HARVEY, 2002; LIPIETZ, 1989; VASAPOLLO, 2005).

No quadro atual das migrações internacionais, há a configuração de novos fluxos e categorias que merecem ser investigados porque representam a síntese de situações histórico-estruturais e denunciam as da atual sociabilidade capitalista. Assim, partindo da nova morfologia social do trabalho no mundo contemporâneo (ANTUNES, 2006, 2008, 2013), a pesquisa em desenvolvimento definiu como recorte empírico para análise a problemática da migração internacional de trabalhadores haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que em circunstâncias de clandestinidade aportam na região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) e nela são recrutados para integrar a linha de produção da agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o mapeamento do campo de investigação e o quadro de análise até então construído pela pesquisa, contemplando as condições histórico-estruturais do Haiti, que viabilizaram a gestação de um movimento migratório particular, incluindo a chegada desses trabalhadores na Amazônia, a configuração do acampamento da precarização, que os acolhe e prepara para recrutamento das empresas capitalistas brasileiras, e as condições de inserção deles na agroindústria da carne brasileira.

1 As veias abertas do Haiti

O Haiti é um país que vem sendo sangrado há séculos, por meio de violentos regimes escravocratas e ditaduras militares, conduzidos por colonizadores e imperialistas. (HALLWARD, 2006). Ao tempo em que foi reconhecida no início do século XIX como a colônia mais produtiva do Novo Mundo, também foi a primeira a obter sua independência das metrópoles europeias, em 1804. Com uma revolução protagonizada por escravos negros, que combinaram a questão nacional à sua inserção no sistema socioeconômico, o Haiti foi

pioneiro na abolição da escravatura e na implementação do sistema republicano de governo (JAMES, 2000). Por ter derrotado o imperialismo francês, inglês e norte-americano, o país continua ainda hoje sendo enquadrado pela sua tradição de luta (GALEANO, 2010).

No bojo das reformas econômicas neoliberais implementadas em grande parte do Terceiro Mundo, que restauraram padrões coloniais de exploração, a presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), desde 2004, viabiliza as condições necessárias para que a política imperialista continue a ser aplicada no país (HARVEY, 2004; SEGUY, 2010). Ao contrário da ajuda humanitária e da missão de paz que divulgam promover, discurso que foi reforçado após o terremoto ocorrido no país em 12 de janeiro de 2010, as tropas militares, dirigidas pelo Exército Brasileiro, garantem a implantação do projeto neoliberal debaixo de armas.

Com milhares de soldados, a Minustah emprega armas pesadas e atua menos na imposição da ordem contra grupos criminosos e mais em guerra civil, em um país já devastado por catástrofes socioambientais e onde favelas e miséria se intensificam. (COGGIOLA, 2010). Ao impedir a organização social e sindical, a presença militar no Haiti protege os interesses das empresas capitalistas no país, dentre as quais estão brasileiras do setor têxtil, construção civil e agroindústria (CHOSSUDOVSKY, 2013). Com a promessa de reconstrução econômica e social com geração de empregos, empresas transnacionais conduzem uma política para transformar o Haiti em um território composto por zonas francas controladas por maquiladoras (centros industriais com isenções fiscais e ausência de direitos trabalhistas), especialmente norte-americanas, que pagam, proporcionalmente, o menor salário do mundo (GLASS, 2004; SEGUY, 2014).

No país mais pobre das Américas, a numerosa população – estimada em 10 milhões – compõe um imenso exército industrial de reserva, que garante a mão de obra barata e a pressão sobre os que trabalham, para que não se mobilizem por melhorias. Submetidos a longas jornadas de trabalho nessas fábricas, em sua maioria terceirizadas e com condições laborais deploráveis, os haitianos recebem menos de U\$ 50,0 por mês, ou seja, menos de U\$ 2,00 por dia, assegurando a produção de mercadorias a custos mínimos para o capital, em uma região localizada na costa dos Estados Unidos (ALMEIDA, 2010).

A indústria haitiana, ainda que frágil, concentrava-se nas áreas alimentícia, siderúrgica (ferro e aço), têxtil e petroquímica (plástico e borracha). Logo após o terremoto de 2010, o parque industrial da capital Porto Príncipe reabriu as suas portas, mas sob uma nova articulação. Desde então, sua principal produção são têxteis exportados aos Estados Unidos. O Haiti apresenta hoje custos trabalhistas inferiores à China, referência mundial no assunto, e a força de trabalho haitiana não é apenas barata, mas qualificada, em razão da tradição têxtil no

país. No bojo disso também foi definitivamente regulamentado o intercâmbio comercial com os EUA, sendo revogadas barreiras comerciais e anistiados os pagamentos de taxas alfandegárias, de maneira que o capital multinacional e os produtos norte-americanos garantiram o seu livre trânsito em território haitiano (COGGIOLA, 2010).

O contexto rural do Haiti, como todo o país, é muito pobre e concentra 65% da população total, formada em sua maioria por pequenos produtores familiares que vivem em condições de extrema pobreza. Eles dispõem de pouca terra e não possuem titulação para seu uso. Em contrapartida, as políticas induzidas historicamente pelos Estados Unidos e organismos financeiros internacionais destruíram a capacidade produtiva do país, que em 1970 chegou a produzir 90% da sua demanda alimentar. Antes do terremoto o Haiti já importava cerca de 55% de todos os gêneros alimentícios consumidos; após a tragédia, a importação desses gêneros saltou para 80% (SADER et al., 2006). A crise ambiental é agravante no país, devido ao uso intensivo de tecnologias nocivas e ao forte consumo de carvão, utilizado em 70% das cozinhas, além do fato de que em todo o território resta apenas 3% da cobertura florestal nativa (COGGIOLA, 2010).

Para revitalizar o campo haitiano, o Projeto Winner, desenvolvido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), prevê o investimento de US\$ 126 milhões, para construção de uma nova infraestrutura agrícola e aumento de produtividade. Por seu intermédio serão distribuídas 475 toneladas de sementes da multinacional Monsanto, que projeta controlar a agricultura do país (GOMES, 2010). Por outro lado, os residentes no interior também sofrem com a pressão dos empreendimentos multinacionais de mineração e turismo de luxo, que ao se estabelecerem demandam a expulsão da população do campo.

“A corrida por ouro começou!”, disse o embaixador americano no Haiti em comunicado datado de fevereiro de 2010, vazado pelo Wikileaks um ano depois. Ele certamente se referia aos negócios que poderiam surgir em meio ao processo de “reconstrução do país”. (FRESNILLO, 2014). Inúmeras são as denúncias de que a ajuda humanitária internacional foi amoldada para renovar e aprofundar os empreendimentos capitalistas, além de ensejo para o enraizamento da intervenção militar imperialista no Haiti (COGGIOLA, 2010; SEGUY, 2014). Prova disso é que 76,7% do valor dos contratos concedidos pela União Europeia em seus projetos de reconstrução no país foram entregues a companhias europeias; já os Estados Unidos cederam só 1,3% do valor contratual de seus projetos a empresas haitianas (FRESNILLO, 2014).

Ao mesmo tempo que as agências, organizações não governamentais e empresas multinacionais impuseram a sua agenda própria ao Haiti, apenas 1% da ajuda emergencial e 16% do apoio à reconstrução foram canalizados por meio da administração haitiana para as

prioridades da sociedade local. Os chamados “projetos de reconstrução” já estavam desenhados e encontraram na conjuntura pós-terremoto a oportunidade de angariar os recursos necessários para sua execução. No âmbito das zonas francas industriais, por exemplo, o projeto principal é o Parque Industrial Caracol, inaugurado em 2012, ao custo de U\$ 257 milhões dos fundos da reconstrução, representando o maior investimento estrangeiro no país desde o terremoto (DELVA, 2011). Entretanto, ele está situado na região norte do país, a centenas de quilômetros do epicentro do sismo, em uma área que não foi afetada. Expulsaram mais de 350 famílias de zonas férteis para construí-lo e dos 20 mil postos de trabalho prometidos, foram criados apenas 1.388 (FRESNILLO, 2014).

Em um país com uma imensa população desempregada ou subempregada, a promessa de trabalho assume uma importância fundamental. No entanto, as contradições desse propósito se revelam quando observados mais atentamente os atuais pilares dessa reconstrução – zonas francas industriais, mineração, turismo de luxo e agroindústria para exportação –, sem a contrapartida da reconstrução social, educacional e habitacional do país. Passados quatro anos do último desastre socioambiental que devastou o país, 80% da população segue vivendo abaixo da linha da pobreza e mais de 170 mil pessoas ainda moram em tendas, dispostas em acampamentos a céu aberto (FRESNILLO, 2014).

O Haiti revela, assim, o pior dos processos de colonização e imperialismo, o lado mais perverso do modo de existência capitalista, atualmente exacerbado pela agenda neoliberal: o desemprego atinge de 70 a 80% da população; 75% da população vive com menos de 2 dólares por dia; o analfabetismo alcança 90% das pessoas; não existe água e esgoto nas casas; algumas poucas possuem energia elétrica, que acaba todos os dias sem aviso prévio; andam longos períodos porque não dispõem de recursos para custear um transporte; a maior parte dos habitantes não existe oficialmente, pois não possui nenhum documento (ALMEIDA, 2010; BRITO, 2009).

2 O movimento internacional de trabalhadores haitianos

Com um processo de formação social caracterizado por sucessivas crises econômicas e políticas, acompanhadas de inúmeras intervenções e ajudas externas, o caso do Haiti é emblemático na periferia do capitalismo global. Além dos problemas socioeconômicos que se arrastam há anos no país e aprofundam sua desigualdade estrutural, o terremoto de alta magnitude que o acometeu em 2010 acirrou a manifestação de uma crise latente, ao atingir

cerca de 3 milhões de pessoas, provocar aproximadamente 220 mil mortes e desabrigar perto de 1,6 milhão dos seus habitantes (MOZINE et al., 2012; THOMAZ, 2013).

Tendo em vista o direcionamento da política humanitária de reconstrução, que vem priorizando os interesses do capital industrial e financeiro, em detrimento das necessidades elementares da população local, decorridos quatro anos da catástrofe, a situação permanece crítica naquele país e o número de pessoas que se deslocam em direção ao Brasil tem crescido cada vez mais. Assim, combinadas estruturalmente, mundialização da economia, reestruturação produtiva, políticas neoliberais, precarização e desigualdade potencializaram os desdobramentos do terremoto, fortemente marcados por epidemias, desemprego, miséria e fome. A síntese dessas circunstâncias sociais concorreu para o estabelecimento de um forte movimento internacional de trabalhadores haitianos em direção ao Brasil (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

Compelidos pela crise em seu país de origem e diante da dificuldade de acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes têm feito do Brasil a referência para sua acolhida. A maioria é atraída pela posição do país como mercado econômico emergente, o que fomenta expectativas de obtenção de emprego, estudo e estabilidade. As parcerias que o governo, ONGs e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004, também têm estimulado esse direcionamento.

Lá no Haiti há muita crise e miséria, por isso temos que sair, por necessidade, então se vende a terra, se vende a vaca, se vende tudo o que tem para vir pra cá (...). Cheguei ao Brasil e gostaria muito de reencontrar minha felicidade aqui. Todos, o governo, a polícia, todos nos tratam muito bem (...), por isso nós queremos viver aqui, trabalhando com tranquilidade. Nós temos o Brasil como um braço do nosso país, uma porta aberta para todos os haitianos (Imigrante haitiano, 41 anos, tradução nossa)².

A região da Amazônia Ocidental (Estado do Acre) é a principal porta de entrada dos imigrantes haitianos no país. De acordo com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre (SEJUDH), responsável pelo atendimento aos imigrantes, dos estimados 40 mil que chegaram ao Brasil após o terremoto de 2010, cerca de 20 mil teriam ingressado pela região até março de 2014. Em média, de 30 a 50 imigrantes, entre homens, mulheres e crianças, permanecem chegando

² Exceto de entrevista semiestruturada realizada com imigrante haitiano, em agosto de 2013, durante visita de campo à região da fronteira brasileira com o Peru e a Bolívia, no Estado do Acre (Amazônia Ocidental). Ele havia chegado do Haiti há duas semanas e estava abrigado na cidade acreana de Brasiléia, aguardando a regularização da sua documentação e o recrutamento para o trabalho por alguma empresa do país.

diariamente pela Rodovia Interoceânica, responsável pela conexão do Brasil ao Peru por meio do Estado do Acre³.

Os primeiros registros do trânsito de haitianos nas cidades acreanas de fronteira (Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia) são de dezembro de 2010, com a chegada de 37 imigrantes, todos homens e jovens, antes mesmo de a rodovia ter sido oficialmente aberta. Nos anos de 2011 e 2012 os números foram de 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. Esse número foi exacerbado no ano de 2013, quando 10.779 haitianos chegaram até a região. Mas a tendência de crescimento contínuo desse fluxo migratório continua, pois somente de janeiro até a metade de fevereiro de 2014, 1.921 já teriam sido registrados, montante próximo ao número total dos anos de 2011 e 2012 (SEJUDH, 2014).

O deslocamento até a Amazônia brasileira envolve uma série de redes ilegais de coioetes e atravessadores, normalmente incluindo a passagem pela República Dominicana e de lá viagens de barco ou avião para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem ao Peru ou à Bolívia, em trajetos percorridos de ônibus, carro ou mesmo a pé, até chegarem ao Brasil. Nesse trajeto, eles pagam de US\$ 2 mil a US\$ 5 mil pela viagem em grupos e são vítimas frequentes de diversos tipos de extorsões, roubos, espancamentos, estupros e até mortes, situação agravada pela condição de indocumentados (MACHADO, 2012; MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

Há inúmeras denúncias de que a própria polícia peruana, além de taxistas peruanos e brasileiros exerçam a prática da extorsão contra eles. Instituições e pesquisadores que acompanham no Acre o trânsito dos imigrantes haitianos e de demais nacionalidades pela Amazônia Ocidental, estimam que de 2010 até 2014 eles já teriam gasto algo em torno de R\$ 6 bilhões em pagamentos para a rede de tráfico e corrupção estruturada com esse movimento migratório (ARRUDA, 2014). Muitos chegam ao Acre com problemas de saúde decorrentes da longa viagem e psicologicamente transtornados, em razão da violência que sofrem no caminho. No entanto, ante o temor de serem repatriados e da retaliação desses agentes, eles silenciam sobre os detalhes da viagem e o funcionamento das redes (MACHADO, 2012).

Nos últimos dois anos, é notável o crescimento do número mulheres, crianças e idosos compondo os grupos que chegam ao Acre. A maioria, porém, ainda é representada por homens jovens, de 20 a 30 anos, mas com a presença de percentual significativo de imigrantes

³ Inaugurada em julho de 2011, a rodovia é fruto de um dos mais ambiciosos projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), financiado por organismos financeiros mundiais e cujo propósito é flexibilizar as fronteiras para a integração econômica internacional, assegurando resultados máximos ao livre mercado, especialmente de *commodities*. Sobre os interesses do capital, viabilizados pela IIRSA na Amazônia, consultar Cunha e Cunha (2008); e para conhecimento da importância infraestrutural da Interoceânica como corredor de exportações, inclusive da mercadoria força de trabalho, consultar Paula (2013).

acima de 40 anos e de menores de 18 anos. De modo geral, o perfil do imigrante recebido e abrigado é composto da seguinte maneira: 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças (SEJUDH, 2013).

As mulheres acompanhadas de crianças buscam, em sua maioria, ir à cidade na qual seus pais e companheiros já estão trabalhando no Brasil. Por sua vez, os homens chegam ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegem um membro para tentar trabalhar e estudar no Brasil, e posteriormente ser capaz de receber os outros parentes. Em geral a família procura algum tipo de financiamento para custear a viagem organizada por coitotes, como a hipoteca do que existe de bens na família, o que faz com que o imigrante haitiano chegue ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos seus familiares que permaneceram na terra natal⁴. Em razão desse aspecto, o próprio Estado haitiano incentiva de alguma forma a saída, visando o importante fluxo econômico de remessas enviadas por imigrantes a seus parentes no Haiti (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b)

O “sonho brasileiro”, decorrente da necessidade premente de recomeçar a vida e, assim, poder ajudar a família, tende fazer desses trabalhadores um “alvo fácil do arbítrio de organizações criminosas e dos próprios empregadores” (VILLEN, 2012, p. 06). A pesquisa tem confirmado que a aspiração de fugir da falta de trabalho, educação, saúde, habitação e segurança no seu país de origem, vem impulsionando a migração rumo ao Brasil, pela via legal ou ilegal. Com isso, a questão tornou-se um nicho de negócios no Haiti, onde despachantes, falsificadores, aliciadores, coitotes, atravessadores e negociadores em geral tentam lucrar com o processo de agenciamento (STOCHERO, 2013). Há relatos que informam existir naquele país a venda de vistos e outros documentos falsificados, inclusive supostas facilidades que prometem acelerar a viagem; do mesmo modo, há indícios de que agentes públicos do Estado haitiano atuam na organização de grupos e na preparação da viagem até o Brasil.

De sua parte, o Ministério das Relações Exteriores informa que a Embaixada Brasileira em Porto Príncipe funciona regularmente, assegurando ao nacional do Haiti a possibilidade de

⁴ As remessas de migrantes correspondem à fração dos salários desses trabalhadores que, não utilizada por eles, é enviada aos parentes que ficaram no seu país de origem. Assim, é possível postular a existência de uma proporcionalidade direta entre o volume do fluxo migratório e o valor total das remessas, de modo que, quanto maior for o contingente migratório, maiores serão estas remessas. No caso do Haiti, as remessas dos imigrantes, especialmente dos residentes em países de capitalismo central, superam as exportações haitianas. Conforme dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2010, as remessas chegaram a representar 26% do Produto Interno do Bruto (PIB) do país, ou cerca de US\$ 1,5 bilhão. Mais de um terço da população adulta do Haiti recebe pagamentos regulares de remessas, em sua maior parte dos Estados Unidos. Com a intensificação da imigração haitiana, em 2011, o volume de remessas passou a ser de US\$ 2,1 bilhões (CEPAL, 2006; SÓNEGO, 2012).

retirar legalmente o visto para ingresso em território brasileiro. Segundo dados recentes, o número de solicitações é igual ao de vistos concedidos: de janeiro 2012 a julho de 2013, 3.071 vistos foram outorgados. As embaixadas brasileiras em São Domingos (República Dominicana), Quito (Equador), Cidade do Panamá (Panamá) e Lima (Peru) também estão autorizadas pelo governo brasileiro a fornecer o visto a cidadãos haitianos que desejam viajar para o Brasil. Em conjunto, essas representações da diplomacia brasileira dizem realizar campanha de esclarecimento da opinião pública em suas localidades, buscando alertar sobre os riscos da migração ilegal (CONNECTAS, 2013).

Diante disso, sobressai a questão do porquê o haitiano não procurar o serviço diplomático brasileiro e optar por migrar ao Brasil de modo irregular, endividando-se para pagar as altas quantias cobradas pelos coiotes, além de se submeter aos riscos e violências da longa viagem. Em entrevistas, os imigrantes alegam que o procedimento tradicional é muito burocrático e demorado, além de exigir uma série de documentos que eles não conseguem apresentar, como atestado de antecedentes criminais, nível de escolaridade e experiência profissional. Por outro lado, devem ser considerados os frequentes relatos sobre a existência de redes de corrupção na própria embaixada em Porto Príncipe, com a cobrança de valores para emissão facilitada e ágil do visto. De todo modo, o que se apreende é que é mais simples e rápido embarcar ilegalmente para o Brasil, do que tentar a retirada do visto pelos caminhos tradicionais, mesmo avaliados os custos e perigos da viagem subsidiada por coiotes.

Pelo conjunto dessas características, a imigração haitiana não parece ter suas raízes em uma decisão voluntária e individual e daqueles que decidem sair de seu país e recomeçar a vida no Brasil; na verdade, pelas condições históricas e estruturais que apresenta e pela maneira como se realiza, esse fluxo sugere uma conexão direta com a conjuntura do sistema capitalista de produção e distribuição de riquezas. No caso do Haiti, país de capitalismo dependente, o mais pobre das Américas, criou-se um imenso excedente, que, por não encontrar possibilidade de reprodução social digna de sua existência, é impelido a emigrar, sob o espectro da miséria e da fome (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

3 O acampamento da precarização na Amazônia acreana

Ao chegarem ao Acre, debilitados após quatro ou cinco dias de viagem, sem dinheiro para prosseguir até o Centro-Sul do Brasil, e sem perspectiva de ocupação na região da Amazônia Ocidental, os imigrantes são acolhidos por uma infraestrutura de serviços do Estado brasileiro, montada em parceria pelos governos federal e estadual. O núcleo desses

serviços é o local que serve de acampamento aos imigrantes e já passou por vários endereços nas cidades-gêmeas de Brasiléia e Etipaciolândia (a 230 km de Rio Branco, capital do Acre), pois precisou sempre ser cada vez maior em razão da demanda de estrangeiros recebidos. Atualmente o acampamento está em fase de transição para o seu sétimo endereço, que pela primeira vez será na capital acreana.

O endereço onde o acampamento permaneceu por mais tempo, entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, no centro da cidade de Brasiléia, funcionou em condições improvisadas e insalubres, reveladoras da condição de precarização a que são submetidos os trabalhadores imigrantes. Espaço de atenção primordial das visitas de campo da pesquisa, no local, a situação dos imigrantes do século XXI rememorava a condição dos imigrantes irlandeses e escoceses na composição da classe proletária na Inglaterra do século XIX (ENGELS, 2008). A permanência diária no local girava em torno de 500 e 1000 pessoas, sendo que a sua capacidade era para apenas 200 ou no máximo 300.⁵

Eram 200 m² cobertos com teto de zinco e lonas plásticas servindo de cortina. O esgoto corria a céu aberto, a temperatura chegava a 40C° e o mau cheiro era uma das suas principais características. Mesmo sob constantes críticas e ameaças de suspensão da ajuda, no próprio acampamento os imigrantes tinham acesso a água, três refeições diárias e a serviço de saúde. O improvisado do local se acentuava pela maneira como eram dispostos os desgastados colchões pelo espaço, vez que os pedaços de espuma eram colocados diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, enfileirados, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comida, poeira, acúmulo de água, baratas, ratos, moscas e outros insetos. Ainda que se tentasse organizar o local, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda fazia com que esses ambientes constituíssem uma única área.

Na primeira visita exploratória de campo⁶, realizada em março de 2013, identificou-se a existência de 700 haitianos no local, incluindo 120 mulheres e 5 crianças, entre os quais

⁵ Em virtude das situações de superlotação no acampamento, como forma de chamar atenção do governo federal e ampliar a ajuda financeira para manutenção da estrutura de atendimento aos imigrantes, o governo estadual recorre ao expediente do “estado de emergência social”, até então instituído para as cidades de Brasiléia e Etipaciolândia. No ano de 2013, isso ocorreu em três ocasiões, em abril, julho e outubro; em 2014, a mesma medida foi reeditada logo no início de janeiro. O expediente consente ao governo realizar compras sem licitação, o que, segundo os interlocutores oficiais, permite atuar com mais coesão e agilidade no atendimento (MACHADO, 2014a). Como a vigência da medida se dá pelo prazo de 90 dias, é importante ressaltar que por quase todo o ano de 2013, o governo gerenciou as demandas referentes à imigração com amplos recursos federais e com total liberdade financeira.

⁶ A pesquisa tem realizado sistemáticas visitas de campo à região da tríplice fronteira amazônica Brasil-Peru-Bolívia, especialmente às cidades acreanas de Assis Brasil, Etipaciolândia e Brasiléia, que compõem a rota de passagem e sediavam até abril deste ano o acampamento de imigrantes. Durante essas visitas o objetivo tem sido

alguns doentes (HIV e hepatites, principalmente). O grupo também incluía imigrantes do Senegal (14), República Dominicana (7), Nigéria (2) e Bangladesh (1). Já na segunda ida a campo, em agosto do mesmo ano, a pesquisa constatou 844 abrigados no espaço, com a presença de 60 mulheres e 7 crianças. A maioria por haitianos (807), mas com a presença de nacionais do Senegal (22), República Dominicana (8), Colômbia (4), Equador (1), Camarões (1) e Zâmbia (1).

Até abril de 2012, os imigrantes que chegavam ao Brasil por meio da rota consolidada pelo Acre vinham, exclusivamente, do Haiti, em grupos formados por homens jovens. Desde então houve o crescimento do número de idosos, mulheres (com filhos, gestantes e desacompanhadas), crianças, famílias e até pessoas doentes. Além disso, uma situação nova tem sido a chegada de pessoas de outros países ao acampamento. Em torno de 16 diferentes nacionalidades já passaram pelo local, mas todos os imigrantes igualmente vítimas do aliciamento de coiotes.⁷ Esse novo perfil é representado especialmente por aqueles advindos do continente africano, que têm dificuldade para se comunicar com os demais estrangeiros abrigados no local e com os funcionários públicos encarregados do atendimento deles na cidade e na administração do acampamento (SEJUDH, 2013).

Nos dois primeiros meses de 2014, houve um considerável crescimento no número de imigrantes senegaleses, o que faz deste o segundo maior grupo de estrangeiros presentes no Acre. De acordo com a administração do acampamento, de abril a dezembro de 2013, chegaram 589 senegaleses, em média dois por dia; entre janeiro e fevereiro de 2014, esse número já era de 366, com média de sete por dia e perspectiva de franco crescimento (Idem, 2014). A rota percorrida por eles segue, em geral, um percurso que inicia de avião, em Dakar,

a observação direta, a realização de entrevistas, a aplicação de questionários, o levantamento de dados e o registro fotográfico do contexto social sob análise. A primeira visita aconteceu em março de 2013, a segunda em agosto e a terceira em dezembro do mesmo ano; a quarta foi realizada em fevereiro de 2014 e a quinta acompanhou o momento de transferência do acampamento da região de fronteira para a capital do Estado, na segunda quinzena de abril. Em breve será divulgado integralmente o estudo etnográfico que vem sendo realizado, com a disponibilização de todo o material coletado em campo.

⁷ De acordo com informações da administração do acampamento em Brasília e em conversas com os imigrantes, a pesquisa registrou durante as visitas de campo que parcela significativa dos haitianos que têm chegado ao Brasil vivia e trabalhava na República Dominicana, onde são comuns os casos de racismo e privação de direitos praticados contra eles. Alguns deles nasceram na própria República Dominicana, tendo ascendência haitiana. A situação desse grupo é especialmente preocupante em razão da recente decisão do Tribunal Constitucional dominicano, de setembro de 2013, que suspendeu a nacionalidade de todos aqueles nascidos a partir de 1929 em país estrangeiro e que não sejam capazes de comprovar sua condição migratória regular. Dados da Anistia Internacional informam que essa medida já teria resultado na perda da nacionalidade dominicana de mais de 250 mil pessoas, sendo a maioria de haitianos, que passaram à condição de apátridas. A Anistia Internacional também explica que a situação não é nova, vez que, desde 2007, o governo nega o documento de identidade aos dominicanos de família haitiana, privando essas pessoas de trabalharem, casarem, votarem e até ingressarem na escola (ADITAL, 2014). Nesse contexto, muitos haitianos se viram sem a possibilidade de seguir para o Haiti, país no qual muitos nunca estiveram, e decidiram buscar no Brasil a alternativa para uma vida socialmente digna. Sobre o fenômeno do anti-haitianismo na República Dominicana, consultar Scamaral (2006).

capital e a maior cidade do Senegal, realiza uma escala na Espanha e de lá prossegue para o Equador. Ao chegarem em Quito, eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre, na tríplice fronteira do Brasil-Peru-Bolívia (MACHADO, 2014b). Os senegaleses justificam suas motivações para vinda ao Brasil em razão das oportunidades de trabalho abertas pela Copa do Mundo e Olimpíadas, do conhecimento da rota e da história que os haitianos vêm construindo no país, assim como pelas experiências de compatriotas que já se consolidaram nas cidades brasileiras (BÄCHTOLD, 2013; MACHADO, 2014b).

Entretanto, no cotidiano do acampamento instalado no Acre, o encontro e a convivência entre imigrantes de diversas nacionalidades nem sempre é cordial e solidário. Há, por exemplo, uma grande disputa entre haitianos e senegaleses por atenção, território e comida, o que gera brigas ocasionais entre os grupos⁸. Com diferenças econômicas, culturais e religiosas bem demarcadas, o contato entre esses grupos tem exigido atenção especial da administração do acampamento, que inclusive tem requisitado reforço policial para o interior do local. Esses desentendimentos e conflitos no interior do abrigo tendem a aumentar principalmente nos momentos de superlotação, quando o temor da falta de água, comida, espaço e a própria concorrência pelas vagas de trabalho afligem os imigrantes e os colocam em disputa entre si.

A política de atendimento ao imigrante introduz no próprio acampamento uma estrutura mínima de serviço público brasileiro, que tanto presta informações e orientações ao imigrante como organiza e monitora o espaço. No sexto acampamento, por exemplo, logo na entrada, existia uma espécie de escritório, improvisado em um *trailer*, onde atuavam dois servidores públicos encarregados do atendimento. Um deles, denominado de coordenador, representava o Estado dentro do acampamento e correspondia a única autoridade que os imigrantes reconheciam diretamente. O outro, encarregado de auxiliar a coordenação, atuava no atendimento aos imigrantes, concentrando-se no cadastro, controle de entrada e saída do local e na elaboração dos relatórios administrativos repassados à Sejudh, em Rio Branco.

Por mais de três anos, esses dois agentes foram os únicos responsáveis pela organização, recepção, cadastro, encaminhamento e controle dos estrangeiros que passaram pelos acampamentos na região de fronteira. Eles cumpriam jornada de trabalho diária de 8 a 12 horas, mas permaneciam sempre de sobreaviso para atender as eventuais emergências do local, incluindo finais de semana e feriados. Ambos não falavam Francês e Crioulo (línguas

⁸ Na data de 23 de março de 2014, por exemplo, a Delegacia de Polícia Civil de Brasília registrou uma briga entre haitianos e senegaleses nas proximidades da rodoviária da cidade. Eles se desentenderam, um haitiano ficou ferido e foi levado ao hospital local, e os demais foram encaminhados à Delegacia. "Todos os dias tem confusão na rua, no abrigo, em bancos, em todo lugar. Quando era só haitianos, a situação se normalizava, mas parece que os senegaleses são mais geniosos e a situação se complica", comentou o coordenador do acampamento à época (MUNIZ, 2014).

oficiais do Haiti), e não possuíam formação profissional ou treinamento específico para lidar com a problemática. No entanto, conseguiram construir, ao longo desses anos de movimento intenso pela região, formas de atuação e mesmo de comunicação com os imigrantes.

A política migratória brasileira, no caso específico da comunidade haitiana, que já corresponde ao maior fluxo de estrangeiros para o país, atua de modo bastante específico. A Resolução nº 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), definiu os contornos dessa atuação. Conforme a norma, por razão humanitária considera-se o “agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto de 2010” e o visto “tem caráter especial”, sendo válido por cinco anos, podendo ser renovado se o imigrante provar sua condição trabalhista regular no Brasil.

Desse modo, o país não impede a entrada deles, mas nega a condição de refugiado que eles solicitam. Todos os abrigados no acampamento do Acre são oficialmente solicitantes de refúgio, por orientação do próprio governo brasileiro, que, após seis meses de análise dos pedidos, prorrogados por mais seis meses, nega a concessão dessa condição a eles. Em território nacional, os haitianos recebem o documento chamado de “visto de permanência provisória por motivos humanitários”, que os retém em uma condição de imobilidade e precariedade. Trata-se de um arranjo legal da política brasileira, que evita a deportação dos imigrantes que chegam ao país, vez que a lei proíbe a deportação de solicitantes de refúgio durante o período de tramitação do pedido. O imprevisto e as contradições dessa política questionam o discurso governamental, que recebe, abriga e documenta, mas não assegura a permanência e proteção definitivas desses trabalhadores.

Após a viagem do Haiti até a Amazônia Ocidental, os imigrantes são recebidos no acampamento do Acre, são cadastrados pela coordenação do local, por meio de uma ficha de identificação, que coleta dados sobre seus documentos, procedência, saúde, escolaridade, profissão e destino no Brasil; depois disso eles recebem as instruções sobre o procedimento de legalização da sua situação e a retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no Brasil. Primeiramente eles se dirigem à Delegacia da Polícia Federal, onde apresentam o passaporte, passam por entrevista e solicitam refúgio; com o comprovante desta solicitação e uma autorização da PF, eles se dirigem ao Posto dos Correios para fazer o pedido de CPF; depois procuram o escritório do Ministério do Trabalho e Emprego na cidade para retirar a Carteira de Trabalho. A documentação fica pronta em um prazo mínimo de 15 dias, tornando-os aptos a trabalhar e seguir viagem⁹. Com a documentação em mãos, os imigrantes aguardam

⁹ No caso das crianças que chegam sem os pais, acompanhadas por algum parente, como primos ou tios, o procedimento de documentação é específico e mais demorado. A documentação apresentada pelo imigrante no

ansiosamente as empresas que chegam ao acampamento e os recrutam para levar ao Centro-Sul do Brasil. Eventualmente, quando eles conseguem receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que já estão trabalhando em alguma parte do mundo, em redes de contatos, eles próprios organizam a saída do Acre.

Os imigrantes senegaleses, ainda que não amparados pela política voltada para os haitianos, também solicitam refúgio ao chegarem em solo brasileiro. Na avaliação deles, os seus documentos demoram mais tempo para serem emitidos, as empresas contratantes priorizam os haitianos e eles contam com menos atenção do governo federal para as suas demandas. De acordo com informações da Polícia Federal, a entrada livre de haitianos é uma situação excepcional da política brasileira, de maneira que muitos dos senegaleses que tentam entrar no país pela fronteira são barrados pelo próprio aparato policial por não possuírem visto. Mesmo assim, eles acabam entrando no país por vias alternativas, conduzidos ou orientados por coíotes, que exacerbam os valores cobrados para assegurar a sua entrada.

O imprevisto e a precariedade da política de assistência a esses imigrantes não têm apenas comprometido uma inserção segura deles na sociedade brasileira. Na verdade, isso sobrecarregou profundamente as pequenas cidades de Brasiléia e Epitaciolândia, com pouco mais de 20 mil e 15 mil habitantes, respectivamente. Com modesta economia e dependentes do repasse de recursos federais, elas sofreram o impacto do movimento na região. Tendo em vista a frágil estrutura dos serviços públicos locais para o atendimento dos seus moradores, ao longo dos últimos três anos, esta mesma estrutura precisou acomodar o atendimento dos imigrantes. Assim, a comunidade se sentiu ressentida pela histórica falta de atenção do poder público aos problemas locais, especialmente quando acompanhava a mobilização de esforços institucionais e financeiros para gerenciar a passagem dos estrangeiros pela região (MAMED; LIMA, 2013a, 2013b).

Aos poucos essa situação foi estimulando reações adversas de hostilidade, permeadas por preconceito social e de raça. Em entrevistas realizadas com os representantes dos mais diversos segmentos sociais da região, a pesquisa constatou que a maior parte era contrária ao atendimento, acolhida e ajuda prestada aos imigrantes. No primeiro momento da passagem deles pela fronteira, era distinto o aspecto humanitário do acolhimento. Contudo, diante dos

acampamento é encaminhada ao Conselho Tutelar e liberada após a comprovação dos laços familiares e da concessão de um termo de responsabilidade legal ao acompanhante. Os casos de crianças desacompanhadas são ainda mais preocupantes, pois elas só são autorizadas a sair quando algum familiar comprovado compareça e se responsabilize, o que em algumas situações pode se prolongar indefinidamente. A pesquisa acompanhou um caso dessa natureza, de um adolescente haitiano, de 14 anos, vítima do tráfico de pessoas, apreendido pela Polícia Federal em abril de 2013, tentando embarcar em Rio Branco com destino a Macapá (AP), sozinho e sem documentos. Desde então, por ordem judicial, ele permanece em um abrigo público para crianças e adolescentes na região de fronteira, aguardando que algum familiar possa vir ao Brasil resgatá-lo. Tendo em vista que os seus parentes localizados pela Embaixada Haitiana estão em diversos lugares da Europa e Estados Unidos em situação irregular, eles temem vir ao Brasil e depois não conseguirem retornar.

anos de prosseguimento de uma política improvisada e de funcionamento precário dos acampamentos, a população foi alterando sua percepção sobre a situação. Com os moradores locais, os imigrantes disputavam diariamente por vagas nas filas dos postos de saúde, hospitais, agências bancárias e postais. Mesmo os comerciantes, que eventualmente tinham os imigrantes como clientes, reclamavam da excessiva presença deles na região.¹⁰

As tensões entre a comunidade local e os imigrantes também se intensificavam nos momentos de superlotação do acampamento, vez que a consequência imediata era a sobrecarga dos serviços públicos. Em geral, quando isso acontecia, a repercussão da situação na mídia recobrava do governo uma atuação mais específica, que adotava então como alternativa paliativa a aquisição de passagens rodoviárias para levar parte dos imigrantes a cidades do país onde tivessem amigos ou parentes que pudessem encaminhá-los a postos de trabalho.

Em janeiro de 2014, por exemplo, houve diminuição na procura de empresas por trabalhadores no acampamento, situação corrente para a época do ano, o que fez a ocupação do espaço logo chegar a 1,2 mil pessoas. À época, em parceria, os governos federal e estadual adquiriram 500 passagens e selecionaram os imigrantes com melhores perfis e condições para seguirem até o Centro-Sul brasileiro. Tendo em vista que a dinâmica de contratações no acampamento se manteve recuada entre janeiro e fevereiro, semanas após a saída de 500 imigrantes, o número já havia subido novamente para mais de 1000 no abrigo, com entrada diária média de 30 a 50.

Mais recentemente, entre março e abril deste ano, por causa da enchente do Rio Madeira e a inundação de trechos da rodovia que leva até Rondônia, o Acre permaneceu isolado do restante do país, por via terrestre, durante várias semanas. Em virtude disso, a superlotação do acampamento chegou ao seu número máximo: 2,5 mil. De acordo com a Sejudh, todos os imigrantes se encontravam documentados e muitos inclusive com contatos de trabalho já firmados, mas permaneceram retidos por falta de tráfego na rodovia federal. Por outro lado, o desabastecimento de alimentos e combustíveis em todo o Acre repercutiu ainda mais na situação do acampamento. Diante disso, os governos federal e estadual organizaram uma operação emergencial para retirá-los do território acreano. A operação consistiu na condução

¹⁰ Na primeira quinzena de abril deste ano, um dos momentos de maior tensão entre a população acreana e os imigrantes foi marcado pela divulgação em um jornal local de que haveria contaminação do vírus ebola entre os haitianos e senegaleses que chegavam à região. Diante da histeria social motivada por essa divulgação, o Governo do Estado e a Secretaria de Saúde editaram nota oficial para desmentir o que caracterizaram de boato. Paralelamente a isso, outras iniciativas da comunidade de Brasiléia e Epiaciolândia ganharam repercussão, como a organização de abaixo-assinado para cobrar do governo soluções para a grande presença de estrangeiros na região, que contou com 1,3 mil assinaturas em apenas 48 horas (MARCEL, 2014). Representantes das entidades religiosas dessas duas cidades, coordenadas pelo bispo Dom Joaquim Pertíñez, líder da Igreja Católica no Acre, também organizaram documento direcionado ao governo estadual, solicitando providências para a questão do abrigo de imigrantes.

de 800 imigrantes selecionados, que foram transportados de Brasília até o aeroporto de Rio Branco, e de lá para Porto Velho, pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e em voos fretados; do Estado de Rondônia eles seguiram em viagem rodoviária, também custeadas com recursos públicos, para as cidades das empresas pelas quais foram contratados (MACHADO, 2014c).

A especificidade do contexto social configurado na região e dentro do próprio acampamento, suscetível a tensões, conflitos e emergências sanitárias, combinada à repercussão internacional assumida pela degradante situação dos imigrantes no superlotado acampamento de fronteira do Acre¹¹, fez os governos federal e estadual decidirem adotar medida ainda mais ampla: oficializar o encerramento das atividades no acampamento de Brasília e a abertura de um outro em Rio Branco, com a transferência dos imigrante e de todos os serviços realizada entre os dias 7 e 13 de abril de 2014. Com essa mudança da sede do acampamento, os governos anunciam que será oferecido um serviço melhor e mais rápido aos que buscam acolhimento no Brasil.

A esse respeito, é fundamental considerar que no plano mais geral, o intenso fluxo de estrangeiros na região revela-se associado às mudanças ocorridas nos setores da indústria e de serviços do Brasil, acompanhando o desenvolvimento destes, o que faz gerar grandes demandas por mão de obra, especialmente por aquela de perfil menos qualificado. Assim, as vias desse circuito e as redes que se estruturam a partir dele podem gerar, em parte, a mediação pela qual ocorre essa grande afluência de imigrantes. Nesse sentido, desde a estruturação dos primeiros acampamentos na região de fronteira, diversas empresas estabeleceram contato e vêm contratando a disponível força de trabalho imigrante. E quando esse curso de contratações foi provisoriamente abalado, em razão da suspensão do tráfego na rodovia federal que conecta o Acre ao Brasil, logo houve uma articulação governamental para assegurar que a chegada, o acolhimento, a documentação e o encaminhamento deles para o trabalho não fosse interrompido.

Conforme os registros da Sejudh, as empresas que mais recrutaram estrangeiros nesses quase quatro anos de acampamento no Acre foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e, principalmente, da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de

¹¹ A situação do acampamento de imigrantes instalado no Acre, ainda que séria e dramática, recebeu algumas pontuais coberturas da mídia. De modo mais sistemático, a partir de agosto de 2013, a organização não governamental Conectas Direitos Humanos foi a responsável pelas principais denúncias públicas sobre o caso, participando de reuniões bilaterais com os ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Trabalho. Em outubro de 2013, a organização realizou uma audiência regional sobre o tema na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, denunciando as condições do abrigo, os problemas do acolhimento e do visto humanitário oferecido pelo Brasil. Paralelamente, a Conectas também enviou apelos em caráter de urgência à Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito mais institucional, o Ministério Público Federal no Acre (MPF-AC), que acompanha o encaminhamento jurídico e humanitário concedido aos imigrantes, também atuou em diversas frentes de gestão para convencer os governos federal e estadual a transferirem a estrutura do acampamento para a cidade de Rio Branco.

São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos últimos seis meses, empresas dos estados de Goiás e Mato Grosso também reforçaram contratações. (SEJUDH, 2013, 2014). O perfil do estrangeiro selecionado por elas é muito específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização. Os imigrantes sem esse perfil têm mais dificuldades de recrutamento, como é o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos.

Segundo esse panorama apresentado, é possível perceber que a particularidade do trabalho do imigrante internacional é real, mas que ela não está separada das problemáticas que se apresentam hoje ao mundo do trabalho como um todo. A investigação dessa particularidade é necessária e complexa em um contexto como o brasileiro, onde as políticas de proteção ao trabalho se mostram insuficientes para conter os efeitos dos fenômenos da flexibilização, desregulamentação e terceirização colocados em movimento nas últimas décadas (ANTUNES, 2006, 2013; DRUCK; BORGES, 2002). É a esse desafio que a pesquisa tem se proposto.

4 O recrutamento dos haitianos pela agroindústria da carne no Brasil

A partir dos levantamentos realizados pela pesquisa sobre as empresas contratantes e o número de trabalhadores contratados, a agroindústria da carne representa o setor que mais têm recrutado força de trabalho imigrante no Acre. Com essa identificação, o estudo seguirá tendo por foco a investigação sobre o modo como se estabelece a inserção deles nos processos de trabalho no Brasil, a trajetória e a experiência dos imigrantes haitianos hoje empregados em larga escala nos abatedouros industriais de carne.

No caso dos senegaleses, seguindo as mesmas tendências estruturais que norteiam o recrutamento de haitianos, a pesquisa distinguiu como movimento significativo o recrutamento deles também pela agroindústria da carne, mas em um segmento muito específico, que é o de frigoríficos com abate diferenciado, conhecido como halal, cuja produção se destina à exportação para o Oriente Médio, com o necessário cumprimento de rituais islâmicos no processo de abate. A contratação de senegaleses nesse processo de trabalho considera a sua condição religiosa de muçulmanos, pois nesses frigoríficos todos os procedimentos com o abate de animais devem ser realizados por muçulmanos praticantes.

Nesse movimento dos haitianos e senegaleses pela Amazônia acreana, os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, vêm revelando algumas características importantes sobre o recrutamento e a organização do trabalhador

imigrante no Brasil, considerado a ponta mais visível do *iceberg* acerca da precarização das condições de trabalho no capitalismo atual (ANTUNES, 2013; BASSO, 2013). Por meio de entrevistas e conversas informais com os agentes da administração do acampamento, com representantes das empresas contratantes e com os próprios imigrantes, alguns dos contornos mais sutis desse movimento de trabalhadores foram evidenciados.

O Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República estabelecem em todo o país redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade de imigrantes no acampamento acreano, de acordo com o perfil deles, cadastrados pela Secretaria de Direitos Humanos do Acre, incentivando à contratação desses trabalhadores (SEJUDH, 2013; TERRA, 2013). A empresa interessada estabelece contato com a Sejudh e com a coordenação do acampamento, que realiza a triagem do pessoal conforme as características indicadas pela firma. Além de considerar o perfil “homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização”, na seleção o coordenador também averigua o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura das suas mãos e canelas, o que indica, segundo ele, se a pessoa está ou não acostumada com o trabalho pesado.

Uma ou duas semanas após o primeiro contato, os representantes da companhia chegam à cidade e ao abrigo para organizar a viagem do grupo selecionado. Geralmente isso é feito em ônibus fretado, que vem da cidade de origem da empresa, apanha os imigrantes e retorna. Em situações que envolvem menor número de contratados, a empresa e o coordenador do acampamento estabelecem uma espécie de acordo, a partir do qual ele fica encarregado de adquirir as passagens e embarcar os estrangeiros selecionados na rodoviária da cidade, com destino à cidade-sede da firma. Já em casos de maior número de recrutamento, as empresas enviam uma equipe até a cidade de Brasília, que improvisa uma espécie de escritório dentro ou em área próxima ao acampamento, e realiza ela mesma a seleção criteriosa dos trabalhadores. A pesquisa chegou a acompanhar processos de triagem que envolviam tanto a observação do porte físico quanto a averiguação da genitália do imigrante, o que de acordo os agentes das empresas pode indicar uma maior ou menor disposição física para o trabalho braçal e pesado.

Segundo as regras de empregabilidade para estrangeiros haitianos no Brasil, a empresa define com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após esse período de 90 dias de experiência é que a empresa define a permanência ou não do funcionário no seu quadro (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et al., 2012). Além disso, na cidade

onde vão trabalhar e morar, os imigrantes são alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e vida do novo operário passa a ser ordenada e controlada por ela.

Os frigoríficos brasileiros, dadas as circunstâncias precárias de trabalho, com longas jornadas e elevado índice de doenças relacionadas a distúrbios mentais, quadros depressivos e pensamentos suicidas, têm tido dificuldades para contratar trabalhadores. Por isso eles têm reforçado desde 2010 a contratação de índios e, mais recentemente, de imigrantes haitianos (PRIMI, 2013). A cidade de Chapecó, considerada o berço de um dos maiores grupos empresariais do setor, a Brasil Foods (BRF), conglomerado do ramo de produtos alimentícios e proteínas animais, surgida em 2009, da fusão da Sadia com a Perdigão, é um dos principais destinos de imigrantes recrutados no acampamento da Amazônia acreana.

O período do aumento nos casos de distúrbios mentais é o mesmo em que o Brasil se tornou o maior produtor global de carne. Nas últimas décadas, observou-se nessa atividade a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção¹². De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio do Brasil e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, entre os anos 2000 e 2010, a receita de exportações brasileiras do segmento cresceram 696%, um aumento médio de 69,6% ao ano. Por outro lado, a estimativa é de que hoje, cerca de 20% dos 850 mil trabalhadores do segmento estejam doentes (PRIMI, 2013; REPÓRTER BRASIL, 2013).

Elementos como financeirização da produção e terceirização estão presentes na organização da agroindústria da carne, setor que se conecta com as maiores redes mundiais de *fast-food* (McDonald's, Burger King etc.) e aos maiores varejistas globais com atuação no setor alimentício (Walmart, Carrefour etc.), e figura como patrocinador oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para divulgação das suas marcas na Copa do Mundo 2014, além de apoiar o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, atletas e confederações esportivas.

O trabalho parcelar, fragmentado, estruturado na decomposição crescente das tarefas, reduzido a ações mecânicas, repetitivas e intensas, nos moldes do trabalho fundado no taylorismo-fordismo, é a condição marcante na seção de abate e corte desse setor. Apesar de o processo produtivo ter sido alvo de constantes inovações tecnológicas desde 1970, nem todas as etapas da

¹² No Brasil, os danos à saúde do trabalhador gerados no abate e no processamento de carnes destoam da média dos demais segmentos econômicos. No abate de bovinos ocorrem duas vezes mais traumatismos de cabeça e três vezes mais traumatismos de abdômen, ombro e braço, e seis vezes mais queimaduras. No abate de aves, a chance de um trabalhador desenvolver uma depressão é 341 vezes maior, e o risco de sofrer uma lesão de punho ou nos plexos nervosos do braço é 743% superior. Como parâmetro para evitar o aparecimento de doenças osteomusculares no corpo humano, estudos ergonômicos estabelecem um limite de 25 a 33 movimentos por minuto, entretanto, nos frigoríficos avícolas, trabalhadores chegam a realizar até 120 movimentos por minuto. Os problemas identificados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em três dos maiores frigoríficos brasileiros – JBS-Friboi, Brasil Foods e Marfrig – já geraram indenizações milionárias por danos morais coletivos (REPÓRTER BRASIL, 2013).

produção industrial de carne puderam ser mecanizadas. Exemplo disso é a atividade de cortes de aves, que continua a apresentar baixa incorporação tecnológica e boa parte do processo de trabalho é realizada manualmente, em intensos turnos, com reduzidos intervalos. O trabalhador executa suas atividades em pé, em ambiente insalubre, baixas temperaturas, muita umidade, odor desagradável e ruído ensurdecedor (NELI; NAVARRO, 2013).

Conclusões preliminares

O movimento internacional de trabalhadores haitianos, desde o seu país de origem, passando pelo acampamento amazônico até o emprego precarizado na agroindústria da carne, tal como foi mapeado anteriormente, assume hoje características particulares e até inéditas no mundo do trabalho. Desse modo, a pesquisa teórico-empírica em curso pretende contribuir para a denúncia e reflexão sobre a nova morfologia do trabalho e a especificidade de sua manifestação no Brasil.

Fenômeno dos mais relevantes, seja na perspectiva histórica quanto na contemporaneidade, as migrações têm despertado estudos tanto a partir de interesses locais, nacionais, quanto internacionais. Redes de pesquisadores, centros, núcleos, grupos e projetos de pesquisa vêm se dedicando ao tema, procurando avançar no que se refere à interlocução com diferentes aspectos desses circuitos de pesquisa. Entretanto, no caso dos haitianos, as divulgações sobre as trajetórias, o drama social e a situação desses trabalhadores enfocam quase sempre o desastre ambiental e a imagem infortuna do país, sem a correspondente análise científica do seu significado.

Associado a isso também está o discurso da política externa brasileira, que, atrelada aos interesses e projetos da ONU, insiste em frisar o papel protagonista, humanista e solidário que o país vem desempenhando no Haiti ao liderar a Minustah. Esse discurso está enraizado nas próprias empresas empregadoras da força de trabalho haitiana no Brasil, que ressaltam o seu papel social no acolhimento desses imigrantes e na própria restauração do Haiti. Considera-se, pois, que é papel do investigador atento aos problemas e transformações que se processam na sociedade capitalista e no mundo do trabalho, examinar as informações, fornecendo-lhes o devido esclarecimento científico crítico.

Pelas circunstâncias em que acontece o movimento de haitianos na Amazônia Ocidental, subsidiado por redes de transporte e tráfico de pessoas, e a maneira como isso tem sido gerenciado politicamente pelo Brasil, são elementos que podem contribuir para que essa imigração “represente um padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro”, no qual a condição de imigrante, sem conhecimento da língua, sem documentos ou dinheiro, passa a incidir na própria divisão do trabalho (VILLEN, 2012, p. 6).

Ao receber, abrigar, alimentar e documentar esses imigrantes, mesmo que parcialmente e em condições precárias, pensando sua humanidade em termos de sobrevivência, o Estado brasileiro reforça esse circuito, pois prepara e organiza a força de trabalho para ser oferecida a baixo custo ao capital. Portanto, na Amazônia acreana tem sido configurado um campo de refugiados próprio ao Brasil, que concretamente assume a face de um verdadeiro mercado de força de trabalho, pobre, negra e barata, com limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário estabelece. Se esses imigrantes fugiram para o Brasil sob o espectro da fome, aqui eles passam a conviver sob o espectro do trabalho precário no limite do trabalho escravo contemporâneo, demarcado por jornadas exaustivas, baixos salários, condições laborais e de moradia degradantes, incluindo, em alguns casos, a retenção por dívida¹³.

No primeiro momento desse processo migratório, a entrada de haitianos no país era silenciosa e não evidenciava o que se passava nos bastidores da relação entre patrão e empregado. Mas quando esse trânsito se intensificou, a partir de 2012, tornou-se impossível esconder o número e a situação desses imigrantes. Face ao temor da suspensão do visto e aos perigos inerentes à clandestinidade, eles encontram dificuldades para protestar contra a remuneração abaixo do estipulado para a mão de obra brasileira e as longas jornadas de trabalho às quais são submetidos. Mesmo assim, são crescentes as ações judiciais de combate à superexploração do trabalho na agroindústria da carne e na construção civil, envolvendo especialmente imigrantes (CHAGAS, 2012; FELLET, 2012; NIDECKER, 2013; PORTAL BRASIL, 2013)¹⁴.

Ao buscar o significado sociológico desse movimento de trabalhadores, a pesquisa possibilitará o exame de formas especialmente violentas de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista e sua particularidade no Brasil, que desumanizam o trabalhador de forma inusitada, para assegurar a dinâmica de sua mundialização (ANTUNES, 2013; DRUCK, 2013; NELI; NAVARRO, 2013). Na sua dialética, mesmo baseado em tecnologias de última geração, o capital combina formas modernas de exploração do trabalho a

¹³ O artigo 149 do Código Penal brasileiro define que jornadas exaustivas, condições de trabalho degradantes e formas de privação de liberdade, como a servidão por dívida, são suficientes para caracterizar um regime de escravidão. Via de regra, no entendimento jurídico, o que se considera trabalho escravo é a violação da dignidade humana de um trabalhador, quando não só sua força de trabalho, mas também seu próprio corpo são tratados como mercadoria. Essas questões vão além de irregularidades trabalhistas, mas a superexploração do trabalho não é menos grave do que o trabalho escravo, sendo ambos igualmente fiscalizados, combatidos e condenáveis pelo Sistema de Justiça Trabalhista. (LABOR, 2013).

¹⁴ Os dois casos mais recentes e de maior repercussão relacionados a trabalho escravo de haitianos foram registrados envolvendo empresas de construção civil. Em junho de 2013, em Cuiabá (MT), durante fiscalização do Ministério Público do Trabalho em obras do programa Minha Casa Minha Vida, foram libertados 21 imigrantes alojados em condições degradantes. Já em novembro do mesmo ano, em obras da mineradora sul-africana Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro (MG), foram resgatados 100 haitianos, que segundo o MPT estavam abrigados precariamente, em local similar a uma senzala (WROBLESKI, 2014). Todos esses 121 haitianos libertados entraram no Brasil pela rota da Amazônia Ocidental e foram contratados no acampamento instalado no Acre.

formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente ultrapassadas. No caso dos haitianos, essa combinação é exacerbada pela condição de extrema dependência e vulnerabilidade social em que eles são disponibilizados ao capital.

Referências

ADITAL. **Mais de 250 mil pessoas perderam direito à nacionalidade dominicana**. São Paulo, 11 fev. 2014. Disponível em: < <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79391&langref=PT&cat=>> Acesso em: 20 fev. 2014.

ALMEIDA, Eduardo. Cartas do Haiti: relatos da situação num país em luta pela sua soberania. **Resistir.info**, Lisboa (Portugal), 2 fev. 2010. Disponível em: <http://resistir.info/a_central/cartas_haiti.html> Acesso em: 15 ago. 2013.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 83, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/431>> Acesso em: 30 ago. 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARRUDA, Itaan. Na periferia da alagação. **Jornal A Gazeta**. Rio Branco (AC), 16 mar. 2014. Acre Economia. Suplemento.

BÄCHTOLD, Felipe. Frio senegalês: cidades do interior gaúcho recebem onda de migração do país africano; senegaleses afirmam que a população é solidária. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 dez. 2013. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/143688-frio-senegales.shtml>> Acesso em: 20 dez. 2013.

BASSO, Pierre. Imigração na Europa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 29-53.

BRITO, Suzana. Ocupação do Haiti é agressão imperialista. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2040-ocupacao-do-haiti-e-agressao-imperialista>> Acesso em: 15 ago. 2013.

CHAGAS, Marcos. **Governo do Acre está atento para evitar exploração ilegal de mão de obra haitiana**. Agência Brasil, 12 nov. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-12/governo-do-acre-esta-atento-para-evitar-exploracao-ilegal-de-mao-de-obra-haitiana>> Acesso em: 30 out. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. 2003. Lisboa: Caminho, 2003.

_____. Raízes históricas da crise social no Brasil – o papel do FMI. **Resistir.info**, Portugal, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://resistir.info/chossudovsky/brasil_21jun13.html> Acesso em: 15 ago. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O Olho da História**, Salvador, n. 14, jun. 2010. Disponível em: < <http://oolhodahistoria.org/n14/artigos/coggiola.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago, 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/celade/default.asp>> Acesso em: 13 ago. 2013.

CONECTAS, 2013. **Pedido LAI sobre “visto humanitário” para haitianos**. São Paulo, 30 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/lei-de-acesso-a-informacao/24-pedido-lai-sobre-visto-humanitario-para-haitianos>>. Acesso em: 30 out. 2013.

CUNHA, Davilson Marques Cunha; CUNHA, Renisea Figueiredo. As falácias do modelo de integração regional e comercial: desnudando os interesses da IIRSA na fronteira amazônica. In: Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento, 2008, Belém (PA). **Anais**. Belém: UFPA, 2008. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT8-144-1153-20081204101052.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2013.

DELVA, Joseph Guyler. Novo parque industrial deve criar milhares de empregos no Haiti. **Reuters Brasil**. São Paulo, 29 nov. 2011. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE7AS02G20111129>> Acesso em: 10 mar. 2014.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73.

DRUCK, Graça; BORGES, Angela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002, p. 11-39.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FELLET, João. Refugiados denunciam maus-tratos em fábrica da Sadia. **BBC-Brasil**. São Paulo, 26 jan. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120125_refugiados_maus_tratos_sadia_jf.shtml> Acesso em: 30 out. 2013.

FRESNILLO, Iolanda. Haiti, quatro anos depois do terremoto: a miragem da reconstrução. **Revista Fórum**, São Paulo, edição 130, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/130/haiti-quatro-anos-depois-terremoto-miragem-da-reconstrucao/>> Acesso em: 20 jan. 2014.

GALEANO, Eduardo. Os pecados do Haiti. **Carta Maior**, São Paulo, 19 jan. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16342> Acesso em: 15 ago. 2013.

GLASS, Verena. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz ativista. **Carta Maior**. São Paulo, 2 ago. 2004. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=2442> Acesso em: 15 ago. 2013.

GOMES, Thalles. Monsanto invade o Haiti com hipocrisia e interesses. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Porto Príncipe (Haiti), 17 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/9871>> Acesso em: 10 mar. 2014.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HALLWARD, Peter. Opção zero no Haiti. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes**. Tradução de New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 219-242.

HARVEY. **Condição pós-moderna**: pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2000.

LABOR. Revista do Ministério Público do Trabalho. Brasília: MPT, nº 1, 2013.

LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1989.

MACHADO, Altino. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**. São Paulo, 5 jan. 2012. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Acre prorroga situação de emergência por causa de haitianos. **Terra Magazine – Blog da Amazônia**. São Paulo, 17 jan. 2014a. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/01/17/acre-prorroga-situacao-de-emergencia-por-causa-de-haitianos/>> Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Isolamento do Acre deixa mais de 1300 haitianos e senegaleses retidos em abrigo na fronteira. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**. São Paulo, 28 fev. 2014b. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/02/28/isolamento-do-acre-deixa-mais-de-1300-haitianos-e-senegaleses-retidos-em-abrigo-na-fronteira/>> Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. Acre quer aviões da FAB para remover haitianos de seu território. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**. São Paulo, 28 mar. 2014c. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/03/28/acre-quer-avioes-da-fab-para-remover-haitianos-de-seu-territorio/>> Acesso em: 29 mar. 2014.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SBS, 16., 2013, Salvador, **Anais**. Salvador: SBS, 2013a. Disponível em: <http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-0025-1.pdf> Acesso: 12 out. 2013.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho e Migração Internacional: O Caso dos Haitianos na Amazônia Ocidental. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS, 29., 2013, Santiago. **Anais**. Santiago: ALAS, 2013b.

MARCEL, Yuri. Secretaria de Saúde nega rumor de vírus ebola entre imigrantes no Acre. **G1**. Rio Branco, 13 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/secretaria-de-saude-nega-rumor-de-virus-ebola-entre-imigrantes-no-acre.html>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. v. 1. 16. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO; INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS; COMPANHIA DE JESUS. **Guia de informações sobre trabalho aos haitianos**. Brasília: [s.ed.], 2012.

MOZINE, Augusto Cesar Salomão; FREITAS, Tiago Miguel D'Ávila Martins de; RODRIGUES, Viviane Mozine. **Migrações ambientais e direitos humanos: o discurso da mídia de massa e os haitianos na Amazônia**. 2012. Trabalho apresentado ao 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos - Pós-Graduação e Pesquisa (ANDHEP), Curitiba, 2012.

MUNIZ, Tácia. Briga entre haitianos e senegaleses deixa um ferido no interior do AC. **G1**. Rio Branco, 24 mar. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/03/briga-entre-haitianos-e-senegaleses-deixa-um-ferido-no-interior-do-ac.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

NELI, Marcos Acácio; NAVARRO, Vera Lúcia. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 287-304.

NIDECKER, Fernanda. **Estrangeiros resgatados de escravidão no Brasil são 'ponta de iceberg'**. Londres, 13 mai. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangeiros_fl.shtml>. Acesso em: 30 out. 2013

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. **Novos Cardernos NAEA**, Belém (PA), v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013.

PORTAL BRASIL. **Ação de fiscalização resgata 172 trabalhadores escravos em MG.** Brasília, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/acao-de-fiscalizacao-resgata-172-trabalhadores-escravos-em-mg>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

PRIMI, Lilian. Índios na linha de produção. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 197, p. 20-23, ago. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **Moendo Gente: a situação do trabalho nos frigoríficos.** São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/upfilesfolder_materiais_arquivos_moendo_gente_final.pdf> Acesso em: 30 ago. 2013.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (coords.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **Haiti: fenomenologia de uma barbárie.** Goiânia: Câne Editorial, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório situacional de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre.** Rio Branco (AC): [s.ed.], 2014.

_____. **Relatório situacional de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre.** Rio Branco (AC): [s.ed.], 2013.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** 2014. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. O Haiti é aqui e lá. *Jornal da APUG. Fundação Lauro Campos.* Belém, 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2010/03/o-haiti-e-aqui-e-la/>> Acesso em: 20 mar. 2014.

SÔNEGO, Dubes. Brasil já recebe menos dinheiro de emigrantes que o Haiti. País foi o único da América Latina e Caribe a ter queda no volume de recursos enviados por seus cidadãos no exterior, em 2011. **Portal IG.** São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/brasil-ja-recebe-menos-dinheiro-de-imigrantes-que-o-haiti/n1597692787307.html>> Acesso em: 13 ago. 2013.

STOCHERO, Tahiane. **Sonho brasileiro aquece comércio de documentos e vistos falsos no Haiti.** São Paulo, 18 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/sonho-brasileiro-aquece-comercio-de-documentos-e-vistos-falsos-no-haiti.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

TERRA. **Imigrantes haitianos recebem vacinas e carteiras de trabalho no Acre.** São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-recebem-vacinas-e-carteiras-de-trabalho-no-acre,7bc3d0283e41e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>> Acesso em: 30 out. 2013.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VILLEN, Patrícia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012, Marília. **Anais.** Marília: Unesp, 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2013

WROBLESKI, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. **Repórter Brasil.** São Paulo, 23 jan. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>> Acesso em: 30 jan. 2014.